

## **INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL: COLEÇÃO DE FOLDERS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

A memória, enquanto tema de estudo, é tratada de maneira interdisciplinar, é um tópico recorrido por distintas áreas do conhecimento e indispensável para aqueles domínios que lidam com registros de informação. Pela perspectiva filosófica, a memória é compreendida como a capacidade de reaproximação do passado através do presente (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006). Segundo Le Goff (2003), o conceito de memória reporta-se, primeiramente, a um fenômeno individual e psicológico, que possibilita ao ser humano a evocação de percepções ou informações do passado. Para o autor, a memória tem a propriedade de conservar certas informações, uma vez que ela “[...] procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Na área da biblioteconomia e ciência da informação (BCI) a memória é estudada a partir de seus aspectos social e cultural, destacando-se a dimensão visível e tangível da memória: o documento. Nesse sentido, o interesse da BCI recai sobre a relação entre memória e informação, reconhecendo especialmente a informação registrada, isto é, o documento, em suas mais variadas manifestações, suportes e ambiências, como elementos de relevância para a memória social. De acordo com Oliveira e Rodrigues (2011), essa relevância é justificada pela possibilidade de (re)construção da memória e da formação de identidade social a partir desses registros de informação, o que requer sua organização, preservação e divulgação.

Tendo este contexto como pano de fundo que a Fundação João Pinheiro (FJP)<sup>1</sup>, por meio da Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade e do Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro (RI-FJP)<sup>2</sup>, iniciou em 2014 um plano de organização, preservação e divulgação de sua memória institucional. Esta ação estratégica dentro do setor biblioteca visou complementar o trabalho e conhecimentos já se sedimentados com o trato de um acervo documental conhecido por “memória técnico-científica da FJP”, consolidada décadas antes.

O primeiro tipo de material escolhido para iniciarmos as ações de conformação de acervo memorial voltado para a história da instituição foi a fotografia. Desse modo, nos anos de 2015 e 2016 foi realizado uma série de procedimentos de organização da informação — em meio físico e digital — com um estrato dos acervos fotográficos da instituição, derivando uma coleção de digital de imagens caracterizada por retratar a história da FJP, entre as décadas de 1970 a 1990, a partir do registro imagético de fatos e importantes eventos ocorridos na instituição. Atualmente a coleção conta com quase dois mil itens, de

---

<sup>1</sup> A Fundação João Pinheiro (FJP) é uma instituição pública estadual, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. Ela atua nas áreas de ensino e pesquisa em administração pública, avaliação de políticas públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômicos, demográficos e sociais. Devido à natureza de suas atividades a FJP se constitui em uma entidade de referência nacional de produção e divulgação de dados e conhecimentos técnico-científico.

<sup>2</sup> <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/>

livre acesso na Internet através do RI-FJP, que contribuem para recontar a história e fortalecer a identidade da instituição no cenário social em que ela se encontra inserida.

Em janeiro de 2017, a partir do estabelecimento do plano de atividades anual da biblioteca, foi escolhido mais um tipo de material, de aspecto memorial, para receber o tratamento adequado para sua integração ao conjunto de coleções digitais que se está denominando “memória institucional da FJP”. Assim, elegeu-se os folders produzidos pela FJP, com a justificativa de que eles são parte constituinte da materialização da memória institucional e representam com riqueza as atividades, preocupações, visão e marcos históricos da FJP.

Sobre o reconhecimento da tipologia do material para fins de organização, realizou-se um breve estudo conceitual e terminológico com o propósito de compreender as possibilidades informacionais, seus usos e apropriações pelas audiências e instâncias as quais se serviriam destes registros de informação. Verificou-se as inconsistências semânticas acerca do conceito de folder. Encontrou-se na literatura a existência de uma série de fontes de informação utilitária, classificados como material de divulgação (CAMPELLO, 1998), com características similares entre si, mas com propósitos ligeiramente distintos, são eles: prospectos, *flyers*, folhetos, panfletos e folders. Todos eles são recursos de informação, tradicionalmente impressos, normalmente com ilustrações e/ou elementos de arte estampados em uma folha (ou poucas folhas), dobrada(s) ou não, trazendo informações sucintas e resumidas de alguma entidade, produto ou acontecimento (eventos, cursos, encontros, shows, lançamentos, etc.).

Como a percepção das distinções entre os tipos de recurso de informação desta classe de material se mostrou como um desafio de digressão aos trabalhos em desenvolvimento, optou-se por não fazer essa distinção entre os materiais em primeiro momento, ficando reunido sob a categorização folder todos aqueles materiais que se inseriam na definição do parágrafo anterior.

Acerca do conteúdo, a coleção caracteriza-se por apresentar relativa diversidade de aspectos descritos na definição do tipo de material. Em sua maioria os folders de divulgação de treinamentos de capacitação de curta duração, cursos de especialização, seminários e eventos técnico-científicos promovidos pela FJP. Porém há também uma série de folders destinados à divulgação e apresentação da instituição em si, informando quais são seus objetivos e função, sua estrutura organizacional, corpo gestor, etc. Existem também folders comemorativos e festivos da instituição ou de seus setores. E também folders que divulgam o lançamento de produtos da instituição, como livros e bases de dados.

Acerca dos requisitos técnicos adotados para a digitalização do material adotou-se as “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes”

produzidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)<sup>3</sup>, as diretrizes para projetos de digitalização para coleções em domínio público de bibliotecas e arquivos, difundidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>4</sup>, além da norma ABNT NBR ISO 19005-1, referente à adoção de um padrão internacional para arquivos digitais, o PDF/A. Quanto aos requisitos para tratamento baseou-se no Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2), mais precisamente nos capítulos 2 e 8, “Livros, folhetos e folhas impressas” e “Materiais gráficos” respectivamente. Por vezes, realizou-se uma adaptação das regras do AACR2 para corresponder ao padrão de metadados em uso no RI-FJP, a saber o conjunto de elementos de metadados do Dublin Core (DC).

Atualmente as atividades de digitalização dos folders e o tratamento dos registros de informação digitalizados encontram-se em andamento. Já estão disponibilizados no RI-FJP, na coleção “Folders”, mais de 200 itens, devidamente tratados. A projeção é que cerca de 300 folders produzidos ao longo da trajetória da FJP, derivados de suas atividades e funções, e que ajudam recontar a sua história, possam ser acessíveis à comunidade institucional e à sociedade em geral.

Esta iniciativa de organização, preservação e ampla divulgação da coleção de folders da FJP conduz aos preceitos de informação e conhecimento enquanto elementos determinantes ao reconhecimento da memória institucional. Pode-se, então, remeter este mesmo sentido à preocupação ao patrimônio documental da FJP, onde a ligação que seus colaboradores possuem com as formas de registro de seu passado fortalece a identidade institucional e senso de pertencimento, pois, por meio de informações acessíveis, estes indivíduos podem rememorar e sentir parte da história da FJP.

## REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B. S. Fontes de informação utilitárias em bibliotecas públicas. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 22, n. 1, p. 35-46, 1998.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. Dicionário básico de Filosofia. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *Liinc em Revista*, v. 7, n. 1, março 2011, Rio de Janeiro, p. 311–328. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

---

<sup>3</sup> [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes.pdf)

<sup>4</sup> <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/>